



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 11 2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 104ª
(CENTÉSIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária da Câmara Legislativa do Distrito Federal, nesta quarta-feira, 20 de novembro, de 2013, às 15h39min.

Convido o nobre Deputado Evandro Garla para secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO EVANDRO GARLA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 103ª Sessão Ordinária;
- Ata da 30ª Sessão Extraordinária.

Tendo em vista a presença apenas do Deputado Olair Francisco, do Deputado Wasny de Roure, do Deputado Evandro Garla e do Deputado Chico



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 11 2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Vigilante, não há *quorum* regimental para a abertura dos debates, vou suspender a sessão por trinta minutos ou até que se complete o *quorum*.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h42min, a sessão é reaberta às 15h46min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está reaberta a sessão, tendo em vista que há *quorum* para debate.

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Dá-se início ao
PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula, pela liderança do PEN.
(Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa, pela liderança do PPS.
(Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio, pela liderança do Governo.
(Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco, pela liderança do PTdoB.
(Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo, pelo Bloco Trabalhista, Progressista e Republicano. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle, pelo PDT. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante, pelo Bloco Parlamentar PT/PRB.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco Parlamentar PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, na tarde de hoje, abordar dois assuntos.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	11	2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Primeiro, quero falar sobre o transporte escolar no Distrito Federal. Creio que o transporte escolar no Brasil, antes do Governo do Presidente Lula e agora da Presidente Dilma, era uma tragédia. Aqui, no Distrito Federal, apesar de todos os esforços que o Governo do Distrito Federal tem feito, a luta para que se completem as licitações para a troca dessas verdadeiras latas velhas que ficam por aí transportando crianças... A verdade é que a gente ainda tem ônibus, Deputada Arlete Sampaio, com 20 anos de idade no transporte escolar.

Apresentei um projeto, Deputado Agaciel Maia, Deputado Olair Francisco, Deputada Luzia de Paula e Deputado Evandro Garla, limitando a idade desses ônibus do transporte escolar a 7 anos. Nós temos que acabar com a tragédia que essas latas, que ficam por aí soltando pneu... Grande parte deles não tem conservação. Portanto, é uma tragédia.

No Governo do Distrito Federal, o Governador Agnelo Queiroz conseguiu uma coisa boa, através do FNDE, que foi adquirir diretamente 136 ônibus escolares, que serão operados pela TCB. Eles já foram entregues inclusive. Boa parte desses ônibus fará o transporte da zona rural, da área rural do Distrito Federal. Isso é muito importante, isso é fundamental para que as nossas crianças tenham segurança e, acima de tudo, tenham conforto, que é o mais importante.

Assim, no que tange ao transporte escolar, nós estamos limitando a idade dos ônibus, para que eles tenham conservação adequada, para que não fique essa situação que nós estamos vivendo no Distrito Federal e que é preciso ser imediatamente reparada.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V. Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V. Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, nós temos acompanhado a luta de V.Exa. nessa guerra que se trava para reconstrução do transporte público, principalmente do rodoviário, com os ônibus.

Eu tenho dado algumas sugestões em reuniões de líderes e da base aliada com o Governador. No Distrito Federal, é muito difícil se concluir um processo licitatório, é como se fosse uma corrida de obstáculos.

Eu sugeri que os técnicos do governo, que são responsáveis, nas administrações ou nas secretarias, pela elaboração de editais junto com a Procuradoria, fizessem um seminário, tipo esses de imersão, no sábado e no domingo, com auditores do Tribunal de Contas do Distrito Federal e com promotores do Ministério Público para debaterem e construírem minutas padrão dos editais, porque tudo que é comprado ou adquirido em Brasília dificilmente já não foi comprado um dia. Não é novidade. Ninguém está comprando uma coisa do outro mundo.

Então, seriam criadas minutas padrão da maioria das compras de Brasília. Todo administrador ou secretário já teria uma minuta padrão e apenas preencheria



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	11	2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

com aqueles dados, que, na maioria, são dados históricos sobre consumo ou sobre prestação de serviços. Nas coisas de maior complexidade, o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Distrito Federal se colocariam e, quando saísse a minuta, por exemplo, de ônibus... Isso é uma coisa difícil de se fazer, porque há muitas forças contrárias. Ninguém que é dono de companhia de ônibus quer perder essa vantagem que tem aí há muitos anos. Então, quando saísse o edital, Deputada Arlete Sampaio, já sairia assinado por um auditor do Tribunal de Contas do Distrito Federal, por um promotor, de maneira tal que, quando se colocasse na rua, não ficasse este pingue-pongue: o cara manda botar uma palavra, volta para botar outra, e passamos praticamente um ano, dois anos para concluir um processo licitatório.

Então, essas sugestões iriam das compras mais simples, de aquisições ou de prestação de serviços, para às quais estabeleceríamos uma minuta padrão. Todo mundo saberia, não teria que inventar, apenas preencheria os dados e observaria os dados históricos a respeito daquilo. Se fosse prestação de serviços, os valores não poderiam ultrapassar os valores de mercado, através de uma pesquisa que seria anexada.

Quanto ao transporte, acho que a força desse pessoal do transporte é tão grande aqui que não conseguimos implantar uma carona solidária, que é um projeto defendido pelo pessoal da UNB. Às vezes, vêm cinco pessoas da mesma rua, e cada uma vem num carro. Ficam entupindo as ruas de automóveis, causando engarrafamento, e as pessoas ficam estressadas. Poderia se estabelecer esse critério, mas há uma grande repressão. Se a polícia vê um carro cheio de gente, já o para e já diz que é lotação irregular. Então, ainda há esse poder coercitivo muito grande do governo em cima de algo que precisa ser regulamentado. A partir do momento em que fosse institucionalizada a carona solidária, que existe em vários lugares do mundo, milhares de carros seriam tirados das ruas e, ao mesmo tempo, diminuiria a importância que têm os donos desses ônibus.

Esse era o aparte que eu gostaria de fazer ao pronunciamento de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa. Incorpo-o ao meu pronunciamento.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, antes de V.Exa. ter me concedido a palavra, eu tinha conversado com a Deputada Arlete Sampaio, e S.Exa. disse que já estava sendo selecionada.

Eu, V.Exa., a Deputada Arlete Sampaio e o Deputado Evandro Garla estivemos na entrega daquelas vans escolares para o Governo do Distrito Federal, que as havia adquirido. Na semana passada, passou-se uma reportagem mostrando que elas ainda não estavam sendo utilizadas. Já que V.Exa. traz aqui nesta tarde um pronunciamento referente ao transporte estudantil, como é que está essa questão? V.Exa. tem a porta aberta com o GDF. Todos nós temos, mas nós somos da base e



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	11	2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

V.Exa. é da base mais próxima. Como é que está a questão do transporte escolar depois que aqueles ônibus foram adquiridos pelo Governo do Distrito Federal? Eles estão em operação? Já estão em funcionamento?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Deputado, ainda não se iniciou o funcionamento. A expectativa é que comece nos próximos dias. Nós vamos resolver a questão do transporte escolar rural, que é uma tragédia, conforme estou denunciando aqui. São ônibus com mais de 20 anos que estão transitando. Uma verdadeira tragédia. Nós estamos combatendo isso. Eu estou apresentando um projeto para limitarmos a idade desses ônibus a 20 anos. Preciso do apoio de todos os senhores.

DEPUTADO JOE VALLE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, primeiro, eu quero lhe parabenizar por tocar nesse assunto. É uma questão que temos verdadeira vontade de que seja resolvida nesta cidade. Inclusive fizemos uma pesquisa e apresentamos o plano de mobilidade rural, há uns trinta dias, para todos aqui no plenário.

As empresas de ônibus alegam... Se formos ver o preço do quilômetro rodado na área rural, ele é bem mais alto do que o preço do quilômetro rodado na cidade, em função das estradas. O plano de mobilidade rural está estruturado e já foi colocado aqui nesta Casa. Todos os senhores o receberão inclusive como uma proposta da Casa. Esse plano trata da questão do asfaltamento de todas as vias das escolas rurais; pelo menos, a todas as escolas rurais. Isso dá um total de 63 quilômetros, que é 1% dos 6 mil quilômetros de asfalto que estão sendo feitos na cidade.

Então, eu vejo que, para se solucionar isso, outros processos têm que ser resolvidos. Mudar a idade do ônibus é um dos processos, mas tem-se também de dar condições para esse ônibus rodar de forma clara, porque as fotografias, toda a documentação que nós fizemos... O menino sai de casa banhado, fica na beira da estrada às 7h da manhã, a poeira passa, e o cabelo já fica em pé. Então, é como diz V.Exa., é um crime um transporte escolar nesse nível para os nossos meninos da área rural principalmente.

Parabéns. Agradeço a V.Exa. por tocar nesse tema.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa. Incorporo-o ao meu pronunciamento.

Outro ponto fundamental, Deputada Luzia de Paula, foi a implantação do Cartão Material Escolar, feita pelo Governo do Distrito Federal. Esse projeto, Deputado Joe Valle, dá dignidade às pessoas, porque as lojas de material escolar são escolhidas previamente. Os pais dessas crianças vão lá, escolhem o material do tipo que eles quiserem. O caderno, a capa do caderno, a qualidade do caderno fica a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 11 2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

cargo de cada um. Você acaba com a padronização, em que vinha um *kit* muito mais caro, muito mais caro. Ficava como se todo mundo tivesse o mesmo gosto. Ficava parecendo que era tudo coisa de pobre, porque, se estava ali, era porque eram uns pobrezinhos. O Governador acabou com isso. Louve-se o trabalho desenvolvido por técnicos da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Eu faço questão de citar o nome da Alaíde, que foi uma das pessoas que foi atrás do FNDE e que implementou isso aí em conjunto com a Secretaria da Microempresa.

O que me surpreendeu, Deputada Arlete Sampaio – e sempre somos surpreendidos negativamente por alguma coisa. Apareceram, agora, pessoas dentro da Secretaria de Educação querendo acabar com o Cartão Material Escolar, querendo voltar com a era dos *kits*.

Ontem, houve a entrega das bicicletas lá na Ceilândia, a Deputada Luzia de Paula estava lá. Foi um momento muito importante, via-se o brilho nos olhos daquelas crianças recebendo as bicicletas, uma doação do governo para aquelas crianças que irão usá-las para seus deslocamentos até as escolas. Saindo de lá, fomos almoçar no Chapéu de Couro, estávamos eu, o Governador, o Secretário de Educação. E eu tive oportunidade de comunicar esse fato ao Governador Agnelo que, na hora, virou-se para o Marcelo e disse que, em vez da substituição, ele queria a ampliação do Cartão Material Escolar. Portanto, o Governador não aceita, em hipótese nenhuma, a troca do material escolar para voltar àquelas compras antigas que havia com os *kits*.

Sabe, Deputado Joe Valle, há cada coisa engraçada. V.Exa. sabia que ainda existem velhos tênis nos depósitos da Secretaria de Educação do Distrito Federal que foram comprados por outros governos e não foram entregues às crianças? Duvido que, com o Cartão Material Escolar, a criança não seja beneficiada.

Está de parabéns o Governador Agnelo por determinar que não quer, em hipótese nenhuma, a substituição do Cartão Material Escolar para a volta do *kit*. Isso é dar dignidade às pessoas, é dar oportunidade para que elas, efetivamente, possam ser tratadas com cidadania; isso se chama cidadania.

Estou feliz com essa decisão do governador. Na hora, S.Exa. virou-se para o secretário e disse: “Não quero nem ouvir falar disso. Não quero essa substituição. Tem de continuar o Cartão Material Escolar.”

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Estão presentes à sessão os Deputados Evandro Garla, Joe Valle, Olair Francisco, Aylton Gomes, Dr. Michel, Paulo Roriz, Arlete Sampaio, Celina Leão e Luzia de Paula.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel. Em seguida, falará a Líder de Governo, Deputada Arlete Sampaio.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 11 2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

DEPUTADO DR. MICHEL (Bloco Trabalhista, Progressista e Republicano. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, meus pares. Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu trago, hoje, dois assuntos aqui que não me canso de falar.

O homem quando é sério, honesto, probo, não pode ter vergonha, não pode se omitir e deixar de subir a esta tribuna para falar. Mais uma vez sou surpreendido pelos *blogs* que vêm dizendo que eu aluguei carro em pizzeria. Não cansam, não. Eu já disse que em pizzeria se come pizza. Eu trouxe aqui o contrato de locação, o local onde é a locadora, quanto custa todos os meses o aluguel desse carro. Não tenho nada a esconder. Eu não estou entendendo. Não se pode mais ser sério neste país, pois as pessoas querem macular a nossa imagem.

Eu volto a falar o que houve, Sr. Presidente, se V.Exa. me permite. O indivíduo tinha uma locadora e por circunstâncias financeiras não estava conseguindo pagar o aluguel, mudou-se para outro lugar e não transferiu o endereço. Eu disse aqui que ele tinha cinco horas para transferir e que, se não o fizesse, eu devolveria a porcária do carro dele. Ele transferiu. Está aqui o local, não há nada fantasma. Não sou um homem desonesto.

Parece que quando a gente vira Deputado a gente vira bandido. Como iremos para as próximas eleições? “Sou candidato”. Vão dizer: “Mais um...” Mais um o quê? Mais um ladrão? Mais um sem-vergonha? Mais um sem futuro? As pessoas devem aprender a respeitar o Parlamento.

Então, estou trazendo aqui o contrato de locação, está tudo dentro da norma. “Ah, mas pagou o IPVA.” Pagou-se o IPVA quando se podia alugar carro de pessoa física, todos pagariam, como se fosse o aluguel de um imóvel. Quando houve uma resolução desta Casa dizendo que, a partir daquele momento, só se poderia alugar de pessoa jurídica, está aqui, não houve mais isso. Então, não estou entendendo onde querem chegar.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. MICHEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Dr. Michel, nós temos uma situação, V.Exa. tem razão e eu quero me solidarizar com V.Exa. Nós temos uma situação nesta cidade: determinados elementos que se escondem na covardia – muitas vezes são financiados por candidatos nas próximas eleições ou são os próprios candidatos – e que usam determinados *blogs* – não dá nem para ser chamado de *blog*, porque *blog* deveria ser uma coisa séria – para atacar a honra e a dignidade das pessoas.

V.Exa. é vítima disso aí. Eu já fui vítima e outros já foram vítimas aqui. Não existe sequer uma maneira de se defender. O cara publica uma porcária dessas. Isso vai para o mundo inteiro e, quando você vai atrás, entra na Justiça e ganha, o elemento não tem nada no nome dele. Não tem absolutamente nada no nome dele!



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	11	2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Portanto, é uma situação gravíssima o que vem acontecendo. V.Exa. é testemunha de que eu fiz um panfleto divulgando uma ação parlamentar, que era o projeto dos quiosques. O elemento se achou no direito de entrar nesta Casa pedindo a cassação do meu mandato. Quer dizer, é muita patifaria. Eu acho que precisamos efetivamente nos levantar contra esse tipo de coisa. Não dá para continuar atacando a honra e a dignidade das pessoas desse jeito.

V.Exa., desde o primeiro momento, sustenta a mesma versão, porque é a verdadeira. V.Exa. alugou um carro, andou no carro, não era carro fantasma, todos viram o carro. V.Exa. pagou o carro, não alugou uma bicicleta e disse que era um carro. V.Exa. alugou um carro e pagava o carro. Portanto, qual é a dúvida? Por que o ataque? Para que esse ataque gratuito desse jeito?

DEPUTADO DR. MICHEL – Eu agradeço o aparte de V.Exa., mas não podemos ficar calados, porque, se nós nos calarmos, nós estaremos consentindo. Então, está aqui. Quem quiser ver, está aí no Portal da Transparência desta Casa. Está tudo aí. Poxa! Eu não estou entendendo. É uma vergonha um negócio desses. Está aqui. Tudo dentro da legalidade, tudo dentro da ordem, e as pessoas querem macular nosso nome.

Outro ponto de que venho falar, Sr. Presidente, é que eu hoje fui pego de surpresa com um renomado jornal do Distrito Federal chamado *Metro*, que possui um dos maiores jornalistas chamado Claudio Humberto. A jornalista Érica Montenegro veio falando um impropério: “Dr. Michel quer regularizar invasão próxima ao Alvorada”.

Eu? Eu não quero regularizar nada. Eu só quero que seja feita justiça dentro desse Distrito Federal, porque é o que se precisa: que se faça justiça. Eu conheço a Vila Planalto desde 1978, quando eu ainda tinha 14 anos de idade. Portanto, tenho 49 anos hoje, e a Vila Planalto já existia, o setor de chácaras da Vila Planalto já existia. Agora vem o PPCUB, e querem tirar o setor de chácaras. Isso é o Governo do Novo Caminho.

Ninguém nunca mexeu, por que vão mexer agora? E eu não estou falando em regularização. E aí eu até vou agora mais longe. Será que não querem retirar o setor de chácaras para fazer investimentos imobiliários lá dentro? Por que retirar agora? Onde vão colocar essas pessoas que envolveram suas vidas ali dentro?

Espera aí! Eu não preciso disso. Não tenho construtora, não tenho nada. parece que, quando você entra nesta Casa, Deputado Joe Valle, você vira um chagásico, parece que você virou porqueira. O pessoal não respeita.

Eu desafio alguém a vir dizer que eu tenho interesses escusos em regularização de chacara na Vila Planalto. Não moro lá, não tenho nada lá. Não tenho interesse em nada lá. Não faço especulação imobiliária, até porque a minha vida é um livro aberto e é com tudo escrito dentro, porque muita gente tem seus livros abertos sem nada escrito dentro. O meu está tudo escrito ali dentro. As minhas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 11 2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

contas não precisam de ordem judicial. Quem quiser saber é só ir ali. Eu bato ali, pode ver quanto é que eu tenho, o que é que eu devo.

O pessoal só vê a pinga que eu bebo, mas não vê o tombo que eu levo. Não veem! Não veem as dificuldades por que passo, não veem o que eu passo dentro daquele gabinete para ajudar o povo. Porque é muito fácil. Se eu pegasse dinheiro de emenda, seu andasse roubando nesta cidade, seria muito fácil falar. Mas, não: querem porque querem macular. Eu não estou entendendo por que essa pressão em cima de mim, querendo macular meu nome.

Deputado Chico Vigilante, eu fico nervoso com isso, falta eu ter um infarto de raiva. Vou ter que plagiar o Reguffe: já estou é com vontade de não voltar mais aqui. Já não estou com vontade de me candidatar mais. Estou maculando meu nome por causa desta Casa.

Eu tenho trinta anos de serviço público, não há nada que macule a minha imagem. Eu sou um homem probo, eu vivo do meu salário, os meus filhos comem do que eu ganho. Agora toda hora querem macular meu nome. Existe um panfleto rodando aí agora: "Cadê a ética e a moral, Dr. Michel? Por que o senhor não cassa o Benedito Domingos?". Eu é que vou cassar o Benedito Domingos? Não tenho nada a ver com isso! Colocaram um jabuti na árvore para que eu tirasse, mas não vou tirá-lo da árvore, não. Quem votou sobrestamento vai me dizer, quem vai dizer é a Procuradoria. A Procuradoria disse ontem: já está marcada para amanhã a reunião do Conselho de Ética. Cinco Deputados vão decidir.

Não estou entendendo. Eu disse, quando ainda era delegado, Deputado Benedito Domingos: se minha mãe fizesse alguma coisa errada, eu não ia prendê-la, porque dizer isso é hipocrisia, mas eu deixaria os agentes a prenderem e sairia de perto. Eu já falei aqui e não vou falar porque o Presidente vai mandar tirar. Mas eu não sou papel higiênico. Quem fez que limpe. Não venham querer atribuir responsabilidade a mim não.

Eu já disse: se alguém provar alguma coisa minha, eu renuncio aqui. Eu nem espero processo. Nem espero processo. Porque não sou homem para isso. Eu tenho um nome. Eu sou filho de uma mãe solteira que lutou para me colocar aqui e não quero nunca macular o nome daquela senhora, não.

As pessoas têm que aprender a respeitar homem sério. Vivem cobrando: precisa de honestidade, precisa de seriedade e querem desgrçar a vida do homem, esquecem que ele tem filho, esquecem que ele tem família. O senhor falou com muita propriedade: jogam a merda no ventilador e depois não dá mais para segurar.

E aí quero pedir ao Presidente: coloque essa televisão no ar para podermos falar e o povo poder ver, pelo amor de Deus! Estou falando aqui para os meus amigos, estou falando redundância. Todos aqui já sabem o que estou falando, mas eu quero é que o povo de Brasília saiba, porque quando chegar 5 de outubro de 2014, se eu ainda tiver forças para conseguir chegar a me candidatar, o povo não ouviu, porque isto aqui não interessa a ninguém.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	11	2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Deputada Celina Leão, a senhora sabe quantos aviões subiram hoje? Não, porque não é interessante, mas, se cai um, todo mundo vai saber. Contudo, têm que falar a verdade. Caiu o avião, tem que falar; mas dizer que o avião caiu sem ele ter caído é covardia. Dizer que estou nesse rol de vagabundos sem eu estar é covardia.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. MICHEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Dr. Michel, eu sou uma Deputada que tenho orgulho de falar que tive votos em todas as zonas eleitorais. Sobradinho é uma cidade que visito muito, onde estou muito presente. Toda vez que estou lá, tenho notícia de V.Exa., mas as notícias que tenho de V.Exa. são notícias de um homem trabalhador, de um delegado sério, que colocou muito bandido para correr daquele lugar e que dedicou a vida inteira à polícia. Eu entendo quando V.Exa. chega com a indignação que está nesta tarde para dizer que não é papel higiênico.

Eu quero só chamar V.Exa. para uma reflexão: nenhum de nós que estamos aqui tem dúvida sobre quem V.Exa. é, sobre seu comportamento ou sobre a sua correção. Nós aqui na Câmara não temos dúvida, mas isso que V.Exa. está dizendo é verdade. Como esta Casa vai chegar para uma disputa em 2014 com os problemas reais que já temos e com os problemas fictícios que são criados, quando os homens se prestam ao papel de investigar os colegas? É a essa reflexão que quero chamá-lo aqui, Deputado Dr. Michel.

Essa situação veio por duas vezes: quando o senhor estava investigando o Deputado Raad Massouh e agora novamente. Então eu acho que esse tipo de política, Sr. Presidente, tem que ser extinto. Um Deputado que se presta a fazer qualquer tipo de fiscalização, ou para ser um corregedor ou para ser um presidente de uma comissão, e tem sua vida pessoal achincalhada dessa forma, com fatos que não existem, é muito sério. Sabe por que, Deputado Agaciel Maia? Porque senão ninguém vai querer ser corregedor; ninguém vai querer ser presidente da Comissão de Ética. Porque até quando não há nada errado, eles criam.

O sentimento é o de colocar todo mundo na mesma panela. Eu entendo a sua indignação, Deputado Dr. Michel, porque o homem que tem a vida que V.Exa. tem e o trabalho que V.Exa. tem em Sobradinho... Deputado Dr. Michel, eu já vi donas de casa em Sobradinho chorarem por causa de V.Exa.: "Se não fosse aquele Deputado que está lá, o meu filho estava lá na Papuda".

Então, não dá para pegar a sua vida inteira e botar no lixo, porque é muito pejorativo falar que um Deputado aluga carro em pizzeria. Isso é para detonar a imagem desta Casa como um todo. Qualquer político que é político de verdade não fica feliz com nenhum tipo de cena que denigra a imagem política. Falar que estamos felizes com a prisão de mensaleiro, só se não for político. Porque aquilo é um sentimento que nos envergonha.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	11	2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Então não dá, Deputado Dr. Michel, para colocar todo mundo na mesma panela. Eu entendo a sua indignação e acho que sua cobrança para que consigamos dar a visibilidade que precisa da defesa... Porque a sua defesa não acompanha a acusação, Deputado Dr. Michel.

Como é que nós vamos ficar no final de tudo isso? Como é que V.Exa. vai conseguir ser presidente dessa comissão até o final, se virar essa bagunça que está acontecendo? Será que todo mundo que V.Exa. for investigar, a cada processo que chegar lá, a pizzaria volta a funcionar? Então, eu acho que é essa a resposta que V.Exa. tem que dar. Porque, se te atacam dessa forma, é porque têm medo da sua postura. Era essa a minha colocação.

DEPUTADO DR. MICHEL – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputada Celina Leão, fico muito lisonjeado, mas o que deixa a indignação no homem são as pessoas não separarem o joio do trigo. Não podemos misturar. E quando estamos nas ruas, antes de sermos Parlamentares, só ouvimos: “Ah, tem que entrar sério.” Quando a gente entra, as pessoas querem nos jogar no mesmo balaio do qual eles acham que nós fazemos parte.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. MICHEL – Concedo o aparte a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Deputado Dr. Michel, primeiro eu não vou falar de sua pessoa porque não há necessidade. Verificaram toda a sua vida, encontraram só essa questão do carro. Quando uma empresa muda de lugar, basta fazer um carimbo e bater no rodapé da nota o novo endereço. Então, não há nem motivos para falarmos sobre essa questão do aluguel do carro.

Quanto a essa matéria do jornal, às vezes as pessoas fazem as coisas e não sabem o que estão fazendo. Tem o PPCUB, tem a Luos. As questões do PPCUB quem vai resolver é a Câmara Legislativa. Eles fazem o projeto lá, e vêm para cá as bagunças, os erros ou os acertos. Nós fazemos as emendas e consertamos. V.Exa. está totalmente certo.

Faz mais de quarenta anos que essas pessoas estão lá do lado da Vila Planalto. V.Exa. fez certo em criar uma emenda para defender o cidadão que está lá há mais de quarenta anos. Infelizmente eu não sei se ainda há tempo para eu assinar do seu lado essa emenda, porque a função desta Casa aqui, Deputado Dr. Michel, é combater as injustiças. A nossa função aqui é defender os direitos adquiridos.

Portanto, se V.Exa. está de cabeça erguida, defendendo aquelas pessoas que estão lá há mais de quarenta anos, estou do seu lado. V.Exa. está de parabéns. Não tem que se curvar. Às vezes as pessoas escrevem as coisas e não sabem o que estão fazendo, não sabem nem o tamanho. Por quê? Porque não sabem que é aqui na Câmara que se resolvem todos esses problemas.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	11	2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Ontem mesmo aprovamos o projeto dos cantineiros. Queriam tirar das escolas públicas os cantineiros, que estão lá também há mais de quarenta anos. Veio para cá, nós defendemos e fizemos um projeto garantindo dentro da lei que eles continuem lá por mais quinze anos. Portanto, não deixamos acontecer injustiça. É o mesmo caso dessa questão que V.Exa. está defendendo.

Parabéns, Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL – Eu agradeço a V.Exa., Deputado Olair Francisco, mas quero deixar bem claro que nós não estamos aqui regularizando invasão, estamos aqui fazendo justiça, como V.Exa. falou.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. MICHEL – Ouço o aparte de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu quero parabenizar V.Exa. e esclarecer algo regimentalmente. Como se trata de uma acusação pessoal, eu tenho sido tolerante como Presidente, dando um tempo além do regimental para V.Exa.

No entanto, eu quero, principalmente no que se refere aos chacareiros da Vila Planalto... V.Exa., em 1978, tinha 14 anos; eu já tinha mais. Eu conheço aquilo ali desde mil novecentos e... Não vou dizer mais senão vão achar que eu estou muito velho. Portanto, eu gostaria que V.Exa., depois de todos esses elogios e menções, concluísse o seu pronunciamento dentro do tempo que V.Exa. achar razoável.

DEPUTADO DR. MICHEL – Agradeço a benevolência de V.Exa., mas, quando se está angustiado desse jeito... Porque, se você quer conhecer um homem, mexa com a honra dele – se ele tiver honra, e eu tenho, e não abro mão dela. Não abro mão, Sr. Presidente. Não vai ser por eu ter me tornado Parlamentar que a minha moral, a minha ética, a minha honra vai ser aqui maculada, não. Pode ter certeza disso. Não vim aqui para isso.

Na curva da vida, na parábola da vida eu já passei de mais da metade. É bíblico: “do pó sairás, ao pó voltarás”. Isso é uma parábola matemática. Eu já estou no enta, não saio mais. Porque é quarenta, cinquenta, sessenta, setenta, oitenta, noventa. A cem poucos chegarão, e eu não serei um deles. Não seria agora que eu iria virar ladrão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu gostaria apenas, no que diz respeito às notas taquigráficas, que obedeçam ao regulamento no que diz respeito a algumas palavras pronunciadas pelo Dr. Michel.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente desta sessão, nosso Vice-Presidente Deputado Agaciel Maia, Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, primeiro eu quero comunicar aqui a todos os pares que acabamos de realizar, na hora do almoço, uma reunião de



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	11	2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

todos os relatores do PPCUB. Além dos relatores, estavam o Presidente da CAF, Deputado Cristiano Araújo; o Deputado Wasny de Roure, Presidente da Casa; o Secretário Magela; o Deputado Cláudio Abrantes, Relator do PPCUB na CAF; o Deputado Aylton Gomes, da CCJ; o Deputado Robério Negreiros, da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo; e esta Deputada que vos fala.

Foi uma reunião extremamente produtiva em que nós apresentamos ao governador as demandas, as críticas, as polêmicas contidas no Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. Para nossa felicidade, o Governador Agnelo Queiroz concordou em modificar todos esses pontos que nós consideramos críticos para que nós pudéssemos votar com consciência e responsabilidade o PPCUB aqui na Casa Legislativa. Então, essa é uma informação com a qual eu fico extremamente feliz, tendo em vista a minha total adesão à defesa de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade.

O segundo ponto que eu queria aqui relatar e lembrar a todos é que hoje é dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, e que nós realizamos neste mesmo plenário, na parte da manhã, uma audiência pública comemorativa do Dia da Consciência Negra, com os povos e comunidades tradicionais, que foi uma atividade muito produtiva. É sempre importante resgatar o significado dessa tão importante data, que remete à história do Brasil, que remete à constatação de que neste País, durante três séculos, homens e mulheres livres, negros e negras africanos foram trazidos à força e escravizados.

Eu gosto sempre de dizer que não há escravos, que não houve escravos no Brasil. O que houve foram pessoas livres escravizadas - muitas delas, inclusive, de linhagem nobre nas suas nações -, que foram sequestradas, trancafiadas, obrigadas a passar debaixo de uma árvore, comprometer-se a esquecer o seu passado e a conviver em um presente de absurda violência em todos os níveis, porque, além da violência física, havia a violência psíquica de obrigar que essas pessoas esquecessem a sua vida de liberdade e se submetessem às agressões e ao trabalho forçado que a vida de pessoas escravizadas impõe.

Quero lembrar que, desde a posse do Presidente Lula e a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial neste País, o Brasil tem procurado fazer uma reparação ao povo afrodescendente que compõe a Nação brasileira, desde o mapeamento, que até então não havia, dos quilombolas neste País até políticas de promoção de igualdade racial que muitas vezes são questionadas, criticadas por muitos que não entendem o que é produzir, de maneira aberta, institucional, uma política de exclusão e de desigualdade no País.

Por isso é importante entender a razão das cotas, é importante entender as ações afirmativas, porque nós não podemos tratar os desiguais de forma igual. Os desiguais têm de ser tratados de forma desigual para que eles possam ser iguais. Então, essas políticas de reparação têm sido fundamentais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 11 2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Arlete Sampaio, solicitei um aparte porque V.Exa. tocou em dois pontos no seu pronunciamento que me dizem muito respeito e me são caros.

O primeiro é a questão do tombamento de Brasília. Quero ratificar, confirmar as palavras de V.Exa. no tocante a essa reunião que houve agora há pouco na residência oficial de Águas Claras, pela discussão madura, o entendimento maduro tanto dos Parlamentares que são relatores, quanto da Secretaria de Habitação e do Governo do Distrito Federal. Quero elogiar a postura do Governador Agnelo Queiroz no tocante a ouvir as preocupações que vêm da sociedade e a tomar as atitudes que foram tomadas e já anunciadas na imprensa.

Feito isso, Deputada, quero parabenizar V.Exa. Primeiro quero lamentar por não ter comparecido na sessão solene que V.Exa. promoveu hoje de manhã, principalmente por ser um tema que me é caro, que é a questão da igualdade racial, inclusive no respeito às religiões de matrizes africanas, porque, em que pese termos um esforço para regularizar diversas ações, diversos templos das mais diversas denominações religiosas, as religiões de matriz africanas sempre ficam segregadas. Esta Casa deu um exemplo no sentido contrário, no sentido de igualar e de entender que todas as manifestações religiosas merecem respeito e merecem o amparo da lei, quando couber.

Em especial, eu gostaria também de me solidarizar, me ombrear com V.Exa. no tocante ao dia 20 de novembro, o Dia Nacional da Consciência Negra, um dia de luta contra o racismo. Quero levantar apenas alguns pontos. Primeiro, a memória de Zumbi dos Palmares, um herói nacional, inscrito no Livro dos Heróis no Panteão da Pátria, que merece todo o respeito.

Esta Casa deve fazer, sempre que possível, uma justa homenagem a este herói da Nação que foi Zumbi dos Palmares. A sua luta ecoa até hoje. Quero lamentar também por ainda não termos no Distrito Federal um feriado ou um respeito maior a esta data, dia 20 de novembro, porque, além de termos esta data do Dia da Consciência Negra para lembrar a memória de Zumbi dos Palmares, ainda devemos lembrar que, em 22 de novembro, se comemora o Dia da Revolta da Chibata, quando marinheiros afrodescendentes se revoltaram contra o tratamento que recebiam da Marinha do País naquele tempo. Isso inclusive foi tema de novela, e tivemos a oportunidade de narrar aqui e solicitar moção de louvor à Rede Globo por aquela novela, se não me engano, chamada Lado a Lado. Então, esses são exemplos que precisamos ter para combater qualquer racismo que exista no País.

Por fim, eu gostaria de dizer que estão disponíveis no site do IPEA – eu acho que todo parlamentar deveria pedir à sua assessoria para fazer essa consulta – os números da criminalidade contra os negros neste País. A taxa de homicídio de negros



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 11 2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

no Brasil hoje é algo alarmante, e muita gente ainda diz que no Brasil não há preconceito. Há preconceito, sim, e esses números dizem isso.

Portanto, vou cobrar algo do meu chefe, o Diretor da Polícia Civil, Dr. Jorge Xavier, um grande amigo, um policial extremamente competente – continua meu chefe, porque eu continuo policial civil. Aqui, numa audiência pública contra os crimes raciais, ele se comprometeu a instaurar nas delegacias seções de combate aos crimes raciais. Fazemos este pedido: que a Polícia Civil tenha em suas delegacias uma seção à qual o negro possa ir, com policiais especializados para atendê-lo.

Perdoe-me se eu me estendi, Sr. Presidente. Eu não queria tomar o tempo da Deputada Arlete Sampaio. Por favor, não desconte, porque S.Exa. tem muito a nos falar nesta tarde.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Obrigada, Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO EVANDRO GARLA – Deputada Arlete Sampaio, V.Exa. me permite um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Pois não, Deputado Evandro Garla. Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO EVANDRO GARLA (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, junto com o Deputado Cláudio Abrantes, que deu uma informação agora sobre homicídios, eu gostaria de relatar aqui um estudo feito pela Secretaria Nacional da Juventude, no qual existe o plano Juventude Viva, que foi lançado no mês de agosto no Buriti. Nesse levantamento feito no ano de 2010, infelizmente, o Distrito Federal está ocupando a sétima posição em número de jovens negros mortos aqui no Distrito Federal, num total de 450. Isso no ano de 2010.

Quando esse plano foi lançado no Buriti, o próprio Governador e todos os órgãos competentes aqui do Distrito Federal, principalmente a Coordenadoria da Juventude, empenharam-se - e estarão se empenhando - bastante para evitar que isso ocorresse.

Eu corroboro com o Deputado Cláudio Abrantes sobre a necessidade de as forças de segurança do Distrito Federal, seja a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Inteligência dessas polícias, ajudarem nossa juventude a sair dessa vida, principalmente os jovens negros, que infelizmente sempre têm sido vitimizados em relação à cor que eles têm, pois são negros.

Chamo a atenção para isto: a nossa juventude, a juventude negra tem sido dizimada. Dentro do plano Juventude Viva, no relatório que foi feito, o Distrito Federal está em sétimo lugar no *ranking*, infelizmente.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Deputado Evandro Garla. Tanto o Deputado Cláudio Abrantes quanto o Deputado Evandro Garla trazem à tona dados importantes, que só demonstram que vivemos num País que ainda discrimina e tem preconceito racial.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	11	2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Portanto, para construirmos uma sociedade verdadeiramente democrática, é fundamental mudar essa realidade.

A realidade da juventude negra da periferia, da juventude pobre da periferia é absurdamente, triste. Quem morre no Brasil hoje são jovens de 15 a 29 anos, negros, em geral moradores das periferias das cidades. Realmente, o plano Juventude Viva é fundamental. Lembro também o projeto de lei do auto de infração, do Deputado Paulo Teixeira, no Congresso Nacional, para que superemos essa realidade e de fato avancemos, a fim de que possamos comemorar de maneira mais plena o Dia da Consciência Negra, livre do preconceito, livre da discriminação.

Era isso o que eu queria falar, Sr. Presidente. Há dados que precisaríamos debater com mais tempo, mas não há tempo aqui para falarmos. Muita gente não sabe, por exemplo, que os negros muçulmanos que vieram escravizados foram aqueles que ensinaram ao País a agricultura, a siderurgia, a trabalhar com mineração, porque os brasileiros e portugueses da época não as conheciam. Que no início do século XIX, a maioria da população, 4 milhões eram negros, e menos de um milhão era branca.

Então, são situações que merecem o resgate, porque a história oficial não nos conta a verdadeira realidade, como, por exemplo, alçar Zumbi dos Palmares à condição de herói nacional que é, pela defesa e pela resistência que proporcionou à população negra no Brasil. Da mesma forma, as comunidades de terreiros resistiram bravamente, tiveram muitas vezes de adotar o sincretismo religioso de Santa Bárbara, Iemanjá, São Jorge, Oxalá, para poderem sobreviver. E continuam existindo, continuam fortes.

Nós temos de ajudar aqui no Distrito Federal, por exemplo, na legislação que permite a regularização de todos os templos de terreiros, que as religiões de matriz africana possam continuar existindo e continuar preservando a memória e a cultura do povo africano.

Um grande abraço a todos. Era o que eu queria falar.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia, Líder do PTC.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, trago um assunto aqui principalmente ligado à saúde, com estatísticas. É sobre diabetes, que na Capital aumenta e pode acarretar cegueira.

O Dia Mundial Contra o Diabetes foi celebrado no dia 14 de novembro e, ao contrário do que muitos pensam, o açúcar e o sedentarismo não são os únicos inimigos da patologia. Entre os principais riscos oferecidos pela diabetes está a saúde dos olhos, pois ela afeta a retina, acarretando outras doenças como a retinopatia



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	11	2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

diabética e o edema macular que, caso não sejam tratados a tempo, podem levar à cegueira irreversível.

Em Brasília os números são alarmantes. De acordo com levantamento feito, Deputada Arlete Sampaio, pela Sociedade Brasileira de Diabetes, 151.653 pessoas possuem diabetes, o que corresponde a 5,4% da população da capital federal. Desse número, 135.062 pessoas estão na faixa etária entre 30 e 69 anos. No *ranking* mundial de países com portadores de diabetes, o Brasil ocupa o quarto lugar, com 13,4 milhões de pessoas. Isso corresponde a aproximadamente 6,5% da população entre 20 e 79 anos de idade.

Contudo, independentemente do tempo de diagnóstico do diabetes, é fundamental que o exame oftalmológico seja periódico, pois a avaliação criteriosa e o diagnóstico precoce das alterações oculares podem prevenir e evitar que a visão seja prejudicada. É importante procurar o oftalmologista, mesmo que a pessoa esteja com a visão normal. O ideal é procurar orientação médica no início, para prevenir e até evitar alguma complicação nos olhos. Mesmo que o paciente não tenha absolutamente nada, não esteja com a visão comprometida, é importante que ele vá periodicamente ao oftalmologista, nem que seja uma vez por ano, para se submeter à avaliação médica e a alguns exames como mapeamento da retina, angiografia e ecografia.

É necessário, Sras. e Srs. Deputados, que façamos campanhas de orientação quanto à gravidade do problema, pois 5,4% da população de Brasília é muita gente!

Outro assunto que eu gostaria de abordar nesta tarde é que o Instituto Brasília Ambiental – não sei se o Deputado Joe Valle está aqui – realizou na terça-feira, 12 de novembro, o 10º Congresso Reeditor Ambiental, Deputado Cláudio Abrantes, em parceria com as Secretarias de Educação e de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal. Durante o evento, foram apresentados trabalhos com temas ambientais realizados durante o ano por alunos e professores. A ação tem por objetivos transformar alunos e professores em cidadãos atuantes na preservação do meio ambiente.

Já na décima edição, o Congresso reuniu, neste ano, 16 projetos que foram mostrados por professores e alunos, como exemplo do trabalho de conscientização ambiental realizado. Entre eles: Você Tem Fome de Quê? – realizado pela Escola Classe 19 de Taguatinga Sul DF; Agroecologia com Princípios – pelo Centro de Ensino Médio 404 de Santa Maria; e Na trilha dos 7 Rs da Sustentabilidade – desenvolvido pela Escola Classe Catingueiro, em Sobradinho DF.

Entre os assuntos abordados pelos alunos na elaboração dos trabalhos, estão: fauna, flora, resíduos sólidos, recursos hídricos, plantio de árvores, reaproveitamento de água, produção agrícola e fitoterapias.

O curso que originou esses trabalhos teve duração de 180 horas/aula e qualificou, neste ano, cerca de 30 professores e 500 alunos, diretamente, alcançando mais de 3 mil pessoas em diversas regiões do DF.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	11	2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Um bom caso de multiplicação é o trabalho feito pela Escola Classe da 305, na Asa Sul. O projeto sobre alimentação, que aborda hábitos de consumo, descarte de materiais e outros pontos, fez a escola inteira desenvolver uma horta comunitária.

Quando um processo de conscientização é realizado por crianças, ele também abrange o universo dos pais.

Devagar estamos alcançando nosso objetivo, Deputada Celina Leão, que é a mudança cultural quanto à conscientização ambiental.

Era o que eu tinha a dizer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Agaciel Maia, só para fazer, rapidamente, um comentário com base na fala de V.Exa., era até um aparte para ser feito no Comunicado de Líderes.

Quero agradecer a presença de V.Exa. no dia da sessão solene que fizemos sobre o combate a diabetes e agora por esse aprofundamento de V.Exa. Eu acho que essa é uma luta de todos nós da cidade. Quero parabenizá-lo pela fala de hoje, pela busca desses dados estatísticos.

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de falar, nesta tarde de hoje, sobre um assunto que tem tomado as pautas dos grandes veículos de comunicação da nossa cidade, que é o PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico e a LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Nós estamos há trinta dias em uma jornada da Câmara Legislativa na tentativa de escutar a população. O que percebemos é que, com certeza, os dois projetos, não só o da PPCUB como o da Luos, não têm maturidade nem o debate necessários para a votação ainda este ano aqui na Casa. Não adianta o governo recolher, tirar pontos polêmicos, porque o mais polêmico ele não consegue retirar, que é a decisão do CONPLAN – Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal.

O PPCUB e a Luos estão anulados pela decisão do Conplan. Então, não adianta tirarmos os pontos polêmicos, não é isso. O PPCUB está suspenso na Comissão de Constituição e Justiça não por conta dos pontos polêmicos. Ele está suspenso naquela comissão porque o Ministério Público encaminhou um ofício nos informando que nem ele e nem a Luos – e eu não entendo por que as pessoas estão deixando de fora desse debate a Luos – foram passados pelo conselho. O conselho votou os dois projetos, os dois planos. E eles não têm validade jurídica, segundo a Justiça. O GDF perdeu o primeiro recurso. Então, eu acho que isso precisa ser colocado de uma forma clara.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	11	2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Ontem eu estive em uma reunião com toda a diretoria do SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil e da ADEMI – Associação das Empresas do Mercado Imobiliário. As pessoas disseram que, em um primeiro momento, a culpa do que chamamos de pontos polêmicos do PPCUB foi colocado no segmento da construção civil. Isso é uma ilegalidade, porque a culpa não é da construção civil. Segundo o relatório que me mostraram, nenhum dos pedidos da construção civil, do Sinduscon ou da Ademi foi atendido. Os pontos polêmicos foram por vontade do governo. É bom deixar claro isso aqui nesta tarde.

Nós estamos falando de um projeto que podemos votar amanhã e, na segunda-feira, o Ministério Público entrar com um pedido de inconstitucionalidade. Aí eu continuo defendendo que a Câmara Legislativa tem que continuar fazendo as audiências públicas, mesmo que retirem o projeto daqui, porque temos que ouvir a sociedade.

Contudo, o que me estranha muito, Deputado Joe Valle, é que, quando chegamos às cidades, vemos que a população não discutiu isso com o Poder Executivo. Então, ou essas audiências públicas foram feitas com uma péssima mobilização, uma péssima divulgação, ou não foram feitas. A Câmara Legislativa é que vai ter que corrigir todo projeto que não foi discutido com a sociedade. Então, não adianta falarmos sobre PPCUB e deixarmos a Luos de fora.

As decisões do Conplan estão nulas para os dois projetos. É importante estabelecermos isso e colocarmos que nem a área de construção civil quer a aprovação do plano.

A quem interessa aprovar dois projetos tão polêmicos, sem a discussão necessária, a toque de caixa, em uma comissão, Deputado Agaciel Maia, que até há pouco tempo era tida pelo governo como uma instabilidade política na Casa, e não mudou ninguém? Ou os acertos foram feitos e a instabilidade política acabou... porque não dá para votarmos isso dessa forma. Eu acho que precisamos fazer essa discussão com muita seriedade aqui na tribuna.

Vocês imaginem, a Luos é enorme. Eu tenho falado sobre isso. Eu falei sobre isso com o Deputado Rôney Nemer. Existe uma falsa impressão de que essa lei vai regularizar as áreas que não estão regularizadas. É uma mentira! As áreas que não estão regularizadas sequer constam na Luos. Então, a quem interessa votar um plano que está sendo arguido pelo Ministério Público sobre a ilegalidade que está aqui?

Eles não podem entrar na nossa tramitação, já que não se cumpriu internamente nem o Regimento Interno, pois o projeto não passou na minha comissão, a Comissão de Assuntos Sociais. Isso é regimental. O Regimento Interno determina que todo projeto ligado ao patrimônio histórico deveria passar pela Comissão de Assuntos Sociais. Não passou na minha comissão.

Eu vou entrar com um mandado de segurança parlamentar. Eu já fiz uma questão de ordem sobre isso, entreguei um pedido de requerimento para tramitar na



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	11	2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

CAS, mas ele não tramitou. Por que não querem que os projetos tramitem na CAS? Por que é patrimônio? Não é só PPCUB que trata sobre patrimônio histórico, não. Nós temos patrimônios históricos em áreas que não foram tombadas, mas que são patrimônios históricos na Luos.

Então, sobre a questão regimental, ela é direta. Os projetos não estão regimentalmente passando pela CAS, onde deveriam passar, atendendo a interesse de quem? Primeiramente, foi acusado de ser o grande... que tinha interesses no PPCUB. Ontem, na reunião da diretoria - gravada em ata -, a que eu estive presente... É até bom eu dizer isso, pois quero trazer esse debate aqui para a Câmara Legislativa.

Nós temos que fazer um debate aqui sobre alvarás. Eu acho que essa Operação Átrio mostra como a burocracia e a falta de gestão começam a contaminar todo mundo, começam a ter que pedir favores às pessoas, para terem algo que o Estado teria que dar. O Estado teria que ter gestão para resolver os problemas. Acho que deveríamos debater isso aqui na Câmara Legislativa. Eu vou ver se antes conseguimos uma data para discutirmos gestão, como o Estado deveria funcionar realmente.

Queremos aprovar o plano porque o Secretário Magela quer é muito pouco. Nós somos 24 parlamentares aqui. A sociedade quer discutir conosco. Nós estamos indo às audiências públicas. Nem todos os parlamentares têm ido. Nós sabemos que é por conta das agendas, que são pesadas, são difíceis. Se tivéssemos o desmembramento da Luos em leis específicas para cada cidade, eu tenho certeza de que todos os parlamentares estariam presentes representando as cidades pelas quais foram eleitos.

Acho que precisamos repensar isso, porque o que eu percebo, como Parlamentar, é que, talvez, como o tão criticado PDOT de 2009, podemos ter o mesmo problema com esse PPCUB no formato que está. O que justifica aprovar um projeto que a população é contra, que o Sinduscon é contra, que a Ademi é contra? Quem é a favor, afinal? Quem ganha com o PPCUB e com a Luos?

Foi tão engraçado ontem. Um dos diretores me fez essa pergunta: "Os Parlamentares estão lá na Câmara Legislativa para representar a vontade popular ou para representar a vontade de um Secretário de Estado?" Eu quero representar a vontade popular e vou usar todos os argumentos jurídicos e políticos que eu tiver para dar legitimidade ao meu mandato e à vontade do povo do Distrito Federal.

Eu acho que esta Casa, em vez de tirar os pontos polêmicos do PPCUB, tinha que discutir o PPCUB. O Governo não discutiu isso nas cidades. Dos quase 200 milhões em mídia que o GDF gastou, ele não gastou um centavo para publicizar o PPCUB e a Luos, para dizer: "olha, nós estamos fazendo as audiências públicas". A Casa, a Câmara Legislativa começa a fazer um serviço que o Estado deveria fazer. Nós deveríamos chegar às cidades e já ter uma discussão: "Olhem, Parlamentares,



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	11	2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

nós já discutimos com o governo. Isso foi acatado no PPCUB, na Luos”. Vai virar uma colcha de retalhos.

Então, eu queria chamar a atenção dos colegas. Eu falei tanto sobre a Terracap aqui. Deputado Cláudio Abrantes, a Terracap é a nossa companhia imobiliária do Distrito Federal. Ela deveria entregar os lotes prontos para a população morar.

Deputado Joe Valle, se V.Exa. for ao Noroeste... Eu estive lá ontem. Está faltando luz, está faltando asfalto, está faltando infraestrutura. Está faltando terminar a infraestrutura do bairro, e a Terracap está gastando dinheiro, 45 milhões, com patrocínio e lançando o Noroeste II. Termine o Noroeste I. A população disse que vai invadir a Câmara. É uma coisa impressionante.

Vamos fazer o dever de casa bem feito. Vamos fazer a coisa com a transparência que esta Casa precisa.

Se esse projeto tivesse ficado aqui na Câmara desde o começo do ano, Deputado Joe Valle, talvez nós tivéssemos condição de votá-lo agora no final do ano com tranquilidade. Mas, quase que numa pirraça, o governo tirou o projeto, porque não conseguiu eleger os Parlamentares nas comissões, do jeito que ele queria. E agora quer nos enfiar os projetos goela abaixo, para que, dentro de um mês, nós votemos.

Então, eu queria deixar aqui, Deputado Agaciel Maia, Vice-Presidente, um pedido à Mesa Diretora: que não tenhamos que ir à Justiça buscar um direito que é nosso, que é regimental. Está lá: tem que tramitar na minha comissão. Eu já pedi oficialmente. Tem que tramitar.

Eu gostaria, Deputado Agaciel Maia, de terminar a minha fala de hoje, Dia da Consciência Negra, lembrando de um grande homem que eu acho que, talvez, demonstra o tanto que o nosso País cresceu nesse sentido e o tanto que ele precisa crescer: Joaquim Barbosa. S.Exa. representa um grande homem, uma grande figura. S.Exa. consegue, talvez, neste momento, com muita força, demonstrar que um homem negro, pobre pode, sim, alcançar a mais alta Corte do País e ter coragem de tomar decisões duras. Neste dia, o Ministro Joaquim Barbosa demonstra realmente que o nosso País pode ter, cada vez mais, pessoas preparadas, com o padrão de S.Exa.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Comunicado da Deputada Celina Leão. “A Deputada Celina Leão comunica, com base nos termos do §1º do art. 31 do Regimento Interno desta Casa, à Mesa Diretora que, a partir desta data, 19 de novembro, assume a liderança do PDT – Partido Democrático Trabalhista, sendo o Deputado Joe Valle o seu Vice- Líder.”

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	11	2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, imprensa, vou começar meu pronunciamento de hoje chamando a atenção da Deputada Celina Leão.

Da mesma maneira que V.Exa. chamou a nossa atenção, Deputada, eu gostaria de chamar a sua, porque houve uma manifestação de V. Exa. que eu achei infeliz. V.Exa. disse que os problemas que houve no tão famoso PDOT no passado podem se repetir agora. Eu considero que foi uma manifestação infeliz, porque, primeiro, V.Exa. está admitindo realmente que houve problemas no PDOT passado e está jogando uma culpa imensa sobre os nossos colegas da Câmara Legislativa.

Então, com todo respeito que tenho por V. Exa., quero dizer que, na minha opinião, foi uma manifestação infeliz. Por quê? Eu tive, aqui na Casa, a atribuição de relatar a atualização do PDOT. Sofri uma pressão tremenda do próprio parlamento na questão da discussão e entendi o posicionamento de todos os meus colegas, quando nós resolvemos aqui, numa decisão colegiada que envolveu os 24 Deputados Distritais, adiar essa votação para que houvesse mais debate.

Da minha parte, que estou na relatoria do PPCUB agora, não há de se falar em falta de debate. Pelo contrário, eu sempre trabalho com debate e assim tenho conduzido todas as audiências públicas. Então, no meu relatório – e acredito que no relatório dos meus colegas de Câmara Legislativa –, nós não teremos sombras ou problemas, como estão sendo insinuados no PDOT antigo. O PDOT que nós trabalhamos na CAF é prova disso, tanto que, passados muitos meses, sobre o PDOT que votamos na CAF, não houve sequer um questionamento do Ministério Público. Então, quanto a isso, nós temos toda a tranquilidade. O Deputado Joe Valle também foi relator do PDOT naquela ocasião. Só queria deixar isso claro.

Falando especificamente do PPCUB, eu tenho, sim, a noção de que o PPCUB poderia ter um prazo mais longo para se discutir. Eu tenho, sim, a plena convicção de que, por mais que nós discutamos em três, quatro, cinco, oito audiências públicas, o PPCUB sempre será um tema polêmico e de debate, que precisa ser aprofundado pela sociedade. Prova disso é que, quando eu era presidente da CAF, nós fizemos seis audiências públicas do PPCUB. Depois o PPCUB saiu. Retornou. Fizemos mais três audiências públicas, e os temas polêmicos são os mesmos, Deputado Joe Valle. Os temas são os mesmos.

Inclusive, na última audiência pública, eu me comprometi com toda a sociedade que estava lá que, se houvesse alguma novidade, nós convocaríamos uma nova audiência pública, e houve. Temos novidades. Hoje nos reunimos com o Governador Agnelo Queiroz e com o Secretário de Habitação e foi acertada – já deve estar publicado na grande mídia – a retirada de certa quantidade de pontos que estavam gerando polêmica. Por quê? Porque nós entendemos que o PPCUB é uma peça necessária. Se o tombamento federal fosse suficiente, Brasília não teria chegado à situação que está. Aqui não estou fazendo juízo de valor sobre nenhum



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	11	2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

governo, não estou emitindo mérito sobre o governo a, b ou c, mas é fato que o tombamento de Brasília sofreu e sofre graves ameaças até hoje. Por isso, uma missão da Unesco. Por isso, um debate em cima do tombamento de Brasília. Então, nós não podemos aqui simplificar a discussão a um debate político de um grupo a ou de um grupo b. Nós estamos tratando de algo muito sério, e a minha postura é essa.

O PPCUB vem sendo discutido com a sociedade não é de hoje. Eu não vou entrar no mérito do método da Secretaria de Habitação. Até porque o método transcende governos. Por que isso? O PPCUB começou a ser discutido em 2009. Ou seja, no outro governo. Nós não estamos falando aqui de uma peça que foi construída somente por este governo. Estamos falando de uma peça que vem sendo discutida desde 2009. É necessário que a sociedade e os Parlamentares se aprofundem no PPCUB para saberem do que estamos falando.

O PPCUB não pode ser uma Luos, grosso modo, da área tombada. Ele tem que ter sim instrumentos de preservação do tombamento da capital; mas é inegável que nós precisamos ter cuidados com a vida moderna e ter uma interface com o tombamento. Cito um exemplo: as pousadas na W3. É uma questão da vida moderna, mas que tem uma interface com o tombamento.

Então, nós Deputados precisamos sim conhecer o PPCUB. Nós temos uma assessoria muito competente de técnicos desta Casa que podem fornecer opiniões e pareceres para qualquer Deputado independentemente de sua sigla. O PPCUB está sendo discutido, no entanto, é necessário ter interesse.

Nas audiências públicas, foram levantados vários pontos polêmicos que estão sendo discutidos. Hoje, numa conversa franca e aberta dos Parlamentares com o Secretário de Habitação e com o Governador, houve um ajuste. Esse ajuste será levado para a sociedade. Esse ajuste será levado para as entidades que estão reclamando. Aí, se houver um acordo, nós temos condição de votar. A condição de votar não é o querer de um secretário, de um governador ou de um parlamentar. A condição de votar é chegarmos a um bom termo.

O PPCUB é uma peça extremamente necessária. Repito, repito: o PPCUB é necessário para a preservação de Brasília até que ele chegue a um termo equilibrado com a população. Que conserve o que temos de bom no patrimônio desse tombamento e, ao mesmo tempo, acene para uma vida moderna e para a qualidade de vida do cidadão de Brasília.

O PPCUB está sendo discutido na Casa, porque nós não podemos levar para as cidades-satélites, porque ele se refere somente à área tombada. Então, nós não podemos falar em ter discussão do PPCUB em Planaltina, em Sobradinho, embora o morador de Planaltina e Sobradinho que se interesse pelo tema possa vir. Não há problema nenhum. A discussão é feita na Câmara. Já foram feitas, repito, seis audiências públicas no passado e agora mais três, sempre com os mesmos temas polêmicos que foram colocados na mídia.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	11	2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Nós já discutimos hoje com o Governador e houve avanços. Por exemplo: a questão do Eixo Monumental, tão criticada. O próprio Secretário de Habitação reconheceu que houve um erro de redação. Então, anuncio: o Eixo Monumental não será loteado. Não existe isso no PPCUB. O Eixo Monumental é reservado, e o nome já diz, para monumentos, como é o Memorial do Índio, o Memorial JK, a Rainha da Paz. Existe um único lote criado e não usado ainda no Eixo Monumental que está separado, e muito oportunamente pelo momento que vivemos, para o Memorial João Goulart, que teve agora o seu corpo exumado, que está sob análise. Existe lá sim um lote. Isso está sendo retirado do PPCUB. Não há fracionamento do Eixo Monumental.

Estamos combinados que vamos mudar a redação para que não parem dúvidas de que não haverá concessão de uso nas entrequadras para entidades privadas. Isso já aconteceu no passado. Inclusive de uma maneira positiva, o que eu defendi aqui na Casa.

O nobre Senador Cristóvão Buarque, que hoje está no PDT, do Deputado Joe Valle, da Deputada Celina Leão, fez uma concessão privada para a Casa d'Itália. Eu reputo isso como positivo, porque a Casa d'Itália contribuiu, e muito, para a cultura do Distrito Federal; mas, para se evitar polêmica, isso foi retirado. Não haverá a concessão para entidades privadas.

A mesma coisa com a 901, com a 500 do Sudoeste, com uma nova área residencial após a Rodoferroviária. E mais, na questão da Orla, acompanharemos o posicionamento do Iphan.

Dizer que o PPCUB não está atento, que a Câmara não está atenta aos anseios da sociedade, perdoem-me, mas eu não concordo. Pode ser qualquer Deputado, mas não concordo, porque nós temos nos esforçado muito nas audiências públicas: com os técnicos, na discussão com o Iphan, com a entidade Urbanistas por Brasília, com o Centro Acadêmico da Faculdade de Arquitetura UnB. Também iremos ao Ministério Público.

Quanto à decisão do Ministério Público, cabe salientar, ela não é uma decisão, pois tenho em mãos o ofício que esse órgão nos enviou. Perdoem-me, já falamos isso em audiência pública, mas é um ofício que não se posiciona.

O Ministério Público dá a informação de que o Conplan sofreu uma decisão judicial, mas não faz uma recomendação, não nos dá informações, não faz uma comunicação. Só quem pode parar um processo legislativo é a própria Câmara Legislativa, mas eu, a Deputada Eliana Pedrosa, o Deputado Chico Leite e, acredito, outros Deputados, enviamos um ofício ao Ministério Público, à Proureb. Tenho em mãos aqui. O meu foi protocolado no dia 12, solicitando que ele manifeste claramente se fará uma recomendação para parar o processo, se dirá que aquilo é uma mera informação, porque é uma informação pública sobre a questão da composição da Conplan. E temos um processo que está em trânsito na Justiça. O governo perdeu, sim, um instrumento processual, mas não há uma discussão...



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	11	2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Deputado, eu havia feito algumas anotações. Soube que houve essa reunião com o pessoal envolvido. Não sei se V.Exa. teria condições de responder a alguns pontos polêmicos que foram levantados, falando principalmente como ficou o posicionamento.

O primeiro seria sobre o loteamento do canteiro central do Eixo Monumental Oeste, aqui entre a Praça do Cruzeiro e a Rodoviária.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, eu acabei de relatar os pontos que acertamos com o governo, de melhoria ou de retirada. Nesse caso, em especial, foi acertado que não haverá criação de novos lotes.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Certo. E sobre a criação de um núcleo urbano com prédios de até nove andares próximo à Rodoferroviária?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Também anunciei aqui, Sr. Presidente, que será retirado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – A questão da transformação de oito clubes em hotéis.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Foi anunciado aqui, Sr. Presidente, que acompanharemos a decisão do Iphan. Como este se pronunciar, acompanharemos.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Há também a previsão de diminuição dos lotes da Orla Oeste no espelho d'água do Lago Paranoá.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Segue o mesmo posicionamento do Iphan quanto ao tratamento que será dado ao Lago Paranoá.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – E sobre a mudança na quadra 901 Norte, que deixaria de ter destinação institucional e na qual passariam a ser admitidos hotéis, residências, espaços de lazer com prédios de até 45 metros ou 12 andares de altura?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Não trabalharemos com a 901 Norte no momento. Esperaremos o posicionamento do Iphan.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Há o aumento de gabarito na L2 Sul e Norte.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Não tratamos desse tema.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Há também a concessão de área públicas na Asa Sul e Norte para a iniciativa privada.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sem possibilidade de concessão de uso nas entrequadras para entidades privadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – E sobre a criação da quadra 501 no Sudoeste?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Retirado.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	11	2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Orla do Lago, com a previsão de divisão dos lotes e desmembramento e transformação para espaços hoteleiros.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Seguirá a orientação do Iphan.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em relação às operações urbanas consorciadas, uma espécie de associação entre o Poder Público e investidores para revitalização de grandes áreas urbanas, a exemplo, boa parte delas não têm parâmetros definidos que interessam à conservação.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Não tratamos desse tema no momento.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Basicamente V.Exa. respondeu. Eu agradeço pelas questões respondidas. É uma inversão. Geralmente questão de ordem é feita de Parlamentar para Presidência. Hoje nós fizemos o inverso.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Então, V.Exa. vê que, de oito temas, nós tratamos de seis já resolvidos e que foram vistos.

Aí eu volto a dizer, Sr. Presidente, que esses temas, se chegaram ao governo as audiências públicas, eu não sei; mas as ações para solução aconteceram na Câmara Legislativa. Então, a Câmara Legislativa está debatendo e está agindo. A Câmara Legislativa não está omissa na questão do PPCUB. Não fui só eu. Isso aí não é ação do Deputado Cláudio Abrantes. Estavam lá todos os relatores. Estavam lá a Deputada Arlete Sampaio; V.Exa., que foi procurado; o Deputado Patrício, a Deputada Celina Leão. A Câmara Legislativa não está omissa. O Deputado Joe Valle já esteve lá.

O Deputado Dr. Michel falou de uma questão aqui que não foi discutida e que nós vamos ter que decidir, mas que não foi levantada por nenhuma entidade urbanista da cidade, que são as chácaras da Vila Planalto. Nós vamos ter que decidir isso, mas vamos decidir com maturidade, respeitando o colega e as suas posições.

Então, eu quero deixar claro, Sr. Presidente, que o tempo do PPCUB é o tempo de se achar o equilíbrio para que o PPCUB seja uma peça de preservação. Nós temos intenção de votá-lo esse ano? Temos, porque entendemos que ele é necessário, mas em nenhum momento nós vamos pular etapas aqui nesta Casa e fazer disso uma peça que venha prejudicar Brasília.

Há questões urbanas e sociais extremamente complexas que estão sendo discutidas. Citei a questão das pousadas, o Deputado Dr. Michel trouxe a das chácaras, há a dos puxadinhos. São questões urbanas da vida moderna que precisam ser discutidas com maturidade e com coerência. Nós precisamos, sim, estudar o PPCUB. E eu volto a dizer: o corpo técnico desta Casa é excelente. É só buscar as assessorias que eles darão todas as informações.

Inclusive, Sr. Presidente, eu vou registrar uma pequena reclamação. Eu acho que seria endereçada à Presidência, mas tenho certeza de que V.Exa. passará ao Deputado Wasny de Roure. Eu gostaria de fazer um pedido. O PPCUB tem os seus anexos, que são coloridos, e nós não temos em nossos gabinetes impressoras



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	11	2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

coloridas. Então, tive que pedir ao Deputado Aylton Gomes, por meio de sua assessoria, que de pronto me atendeu, como Relator, para que tivéssemos acesso a essas cópias coloridas dos mapas. É importante. Eu acho que já passou...

Na época do PDOT, eu lembro que fiz este mesmo pedido da tribuna ao então Presidente Deputado Patrício: que nós tivéssemos cópias coloridas para podermos ter acesso a mapas que são importantes nessa discussão, acesso às planilhas. Volto a repetir o pedido para que tenhamos a possibilidade de ter na nossa Casa equipamentos. Temos um material humano extraordinário, que são os nossos técnicos, temos uma estrutura boa, apesar dos problemas, que é o nosso prédio, a nossa estrutura física, mas eu acredito que precisamos ser dotados de mais equipamentos para estarmos mais embasados nas discussões.

Era isso o que tinha a dizer. Muito obrigado.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só queria responder, porque fui citada. Não vou usar nem meu Comunicado de Parlamentar.

Sr. Presidente, eu quero reafirmar algo. Talvez, Deputado Cláudio Abrantes, V.Exa. não tenha compreendido o que eu falei. Nós realmente tivemos um problema no PDOT em 2009, tanto que tivemos que resolver esse problema agora na Câmara Legislativa. Nós votamos sessenta artigos que foram tidos como inconstitucionais, porque esta Casa virou uma colcha de retalhos. Então, eu não fui infeliz na minha colocação, quando eu disse que nós tivemos um problema no PDOT em 2009. Talvez V.Exa. tenha interpretado por outro lado. Eu nem cheguei a colocar essa questão. Problema de corrupção, não foi essa a minha colocação. A minha colocação foi que nós tivemos um problema que virou uma colcha de retalho. E se V.Exa. tivesse prestado atenção no meu discurso inteiro, teria compreendido, porque eu coloquei que estamos indo às cidades fazer o debate que o governo deveria ter feito. Então quem vai ter que resolver o problema é a Câmara Legislativa, e vai virar uma segunda colcha de retalhos.

E aí será que o Ministério Público não vai entrar também com uma ação de inconstitucionalidade contra sessenta, setenta, oitenta emendas parlamentares aqui na Câmara? Por que o Ministério Público entra com ação de inconstitucionalidade? Porque não há ilegalidade em fazer emendas, mas, quando geram gasto ou mudam projetos que são estritamente do Executivo, nós não podemos fazer. Só se os Deputados que estão comigo nas audiências da Luos estão mentindo, porque eu tenho ido, Deputado Cláudio Abrantes, a quase todas, e o que os Deputados falam para as pessoas que estão assistindo é: "Olha, nós vamos ter condição de fazer emenda. Essa demanda de vocês será atendida pela Câmara Legislativa." E aí vira aquela colcha de retalhos novamente, e esta Casa fica achincalhada de novo. Qual é o sentimento, Deputado Cláudio Abrantes? É o de que não foi discutido com a



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	11	2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

sociedade, porque, se tivesse sido discutido, quando as pessoas fosse fazer a proposta para a Câmara Legislativa, porque estamos indo fazer o dever de casa, a pessoa falaria: “Fizemos esse pedido para o governo, e o governo não acatou não.” Qual é a imagem fotográfica que eu tenho? É que o governo tirou uma foto da cidade: aqui é comércio, vai ser comércio; aqui é hospital, vai ser hospital, e não debateu isso com a sociedade.

Então, quando eu falo que houve um problema, eu não estou equivocada, houve um problema no PDOT de 2009, tanto que nós resolvemos isso agora, eu ajudei a resolvê-lo, porque nós fizemos um trabalho muito sério aqui na Câmara Legislativa, e não foi uma reunião com o governador para ver os pontos polêmicos.

Houve uma determinação da Unesco a respeito da criação de um conselho que não foi feita até hoje, Deputado Cláudio Abrantes. A Unesco pediu a criação de um conselho junto com urbanistas, porque o que V.Exa. falou é verdade: em muitas das audiências do PPCUB, a sociedade vem aqui e participa, mas os técnicos, que deveriam ter vez e voz, muitas vezes nem falam, Deputado Cláudio Abrantes.

O que eu queria colocar é a importância de termos uma visão global de tudo isso, do que está acontecendo, para não virar uma colcha de retalhos.

Eu estive, Deputado Cláudio Abrantes, no Ministério Público. Este não vai opinar aqui no Poder Legislativo, não. Ele vai esperar nós votarmos para entrar com o pedido de inconstitucionalidade. Você tem dúvida, Deputado Cláudio Abrantes, de que eles vão pedir a inconstitucionalidade? Eu não tenho dúvida nenhuma, porque estive presente com as promotoras: “Deputada Celina Leão, nós não podemos interferir no processo legislativo” – e não podem mesmo.

Estou colocando para vocês nesta tarde que esta Casa não cumpre regimento. Deveria tramitar na minha comissão e não está tramitando por quê? Porque sou Deputada da Oposição? Como é que estamos falando de ilegalidade, quando a Casa não cumpre nem o regimento, Deputado Cláudio Abrantes?

Então não é uma suspeição sobre o Parlamentar que é o relator ou sobre outro Parlamentar que vai ser o relator em outras comissões. Não é isso, Deputado Cláudio Abrantes. Eu acho que a discussão tem que ser feita sim, e ela não foi feita na Casa desde o começo do ano, como ela deveria ter sido. Não é criar suspeição sobre os Parlamentares. Eu acho que é a forma que está errada.

Então o Ministério Público não vai entrar na questão da nossa tramitação aqui. A tramitação é nossa. Nós somos Poderes independentes. Era só isso, Deputado Cláudio Abrantes. Se o senhor interpretou errado, não sei por quê. Já que não foi isso que eu quis falar.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	11	2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para ficar claro: prestei atenção, Deputada Celina Leão, a tudo o que a senhora falou, tanto que anotei tudo. Acho que a senhora é que não foi clara.

Não foi clara porque, primeiro, em nenhum momento, a senhora citou a questão das emendas; que, se o Deputado fizesse emenda, isso poderia acarretar inconstitucionalidade. A senhora não citou isso. Segundo, a senhora falou uma frase, uma única frase e não entrou no tema. A senhora não foi clara. A senhora foi clara agora, quando veio e explicou qual era o problema de 2009. Que há menções no problema de 2009 quanto a corrupção, todo mundo sabe. Isso foi colocado pela imprensa. V.Exa., quando citou apenas uma frase – “Nós não queremos aqui que aconteçam neste ano os problemas que aconteceram em 2009” –, não falou que era questão de emendas.

Só para ficar claro que, na minha opinião, V.Exa. não foi clara. Eu li tudo aqui. Eu ouvi tudo atentamente, porque é um tema em que estou trabalhando.

Sobre a questão do MP. Se o MP não vai intervir, para que ele nos manda ofício falando sobre uma decisão pública?

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ele mandou ofício para os vinte...

Eu não vou fazer disso um debate entre nós dois, Deputada Celina Leão.

Ele mandou um ofício para todos os 24 Deputados, informando uma decisão que é pública. É comum o Ministério Público mandar recomendações. Ele não mandou. Não era uma recomendação, não era uma informação, não era uma comunicação. Era uma coisa que a gente não sabia o que era.

Outra coisa: eu concordo, tenho certeza – e eu disse aqui também – de que o Ministério Público não vai fazer interferência no Legislativo. Nós suspendemos o processo na CCJ, por cautela, até para ouvir qual é a posição dele. Nós temos ido procurar o Ministério Público, também. Mais do que o Ministério Público, nós estamos procurando as entidades de especialistas que cuidam da cidade.

Nós estamos aqui neste debate. Eu estou falando apenas de PPCUB. Eu estou falando apenas de PPCUB.

Então, Deputada Celina Leão, eu me senti ofendido porque V.Exa. ajudou, e vários Deputados ajudaram, e no PDOT nós tratamos isso de uma maneira cristalina. Inclusive, quando a gente achou que era o ponto em que não dava para votar, não votamos. Porque, volto a dizer, o tempo do PPCUB é o tempo da sociedade. E a sociedade... Nós vamos medir esse termômetro, como fizemos no PDOT: não era o momento, suspendemos e votamos depois.

Agora, nós estamos tratando...

Os pontos polêmicos são importantes, sim, Deputada. São importantes porque são eles que estão gerando todo esse debate na sociedade. De especialistas



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	11	2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

que estudam, especialistas que pegam o PPCUB inteiro, que é uma peça imensa, e acham oito pontos polêmicos. Nós temos que ir a esses pontos polêmicos, sim, porque eles é que estão gerando dúvidas.

Então, eu fico feliz de saber que V.Exa., ao se referir a 2009, não se referia ao problema publicado em diversos veículos de comunicação relacionado à corrupção, de listas e não sei o quê. Fico muito feliz que foi somente quanto à questão da emenda, o que V.Exa. só esclareceu quando voltou aqui em questão de ordem.

Obrigado.

DEPUTADO EVANDRO GARLA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO EVANDRO GARLA (PRB. Sem revisão do orador.) – Tanto a fala do Deputado Cláudio Abrantes quanto a fala da Deputada Celina Leão citaram a Vila Planalto. O próprio Deputado Dr. Michel falou, anteriormente, da situação dos chacareiros. Mas não há só essa parte, nobre Presidente, nobres pares, referente aos chacareiros da Vila Planalto. Nós também temos uma questão, um grande problema na Vila Planalto, que é a falta de espaços esportivos. Tanto que existe um clube lá, o Clube Vizinhança, que, no próprio mapa do PPCUB – quando se procura –, não consta como equipamento público.

Então, até gostaria de lembrar ao nobre Deputado Cláudio Abrantes e aos demais relatores, Deputado, Presidente da CAF, e aos demais que estiveram com o Governador hoje, esse grande detalhe: aquele espaço do Clube Vizinhança é um equipamento público; porém, no mapa, não consta como equipamento público.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço ao Deputado Evandro Garla.

Dentro dos Comunicados de Parlamentares, o ultimo Parlamentar inscrito é o Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Distrito Federal, Deputado Cláudio Abrantes, é muito engraçado. Eu tenho o maior respeito pelo Ministério Público do Distrito Federal, mas recomendação de procurador ou de promotor não é determinação judicial. Quero começar o debate assim: recomendação de promotor ou de procurador não é determinação judicial.

Portanto, Deputado Cláudio Abrantes, eu quero indagar onde a maioria dessas pessoas estava quando se constituiu Vicente Pires, na porta do Governador do Distrito Federal, ocupando as nascentes do Distrito Federal, construindo prédios de apartamentos em lugar onde não se podia em hipótese nenhuma. E está lá erigido! Onde estavam essas pessoas quando da construção do Arapoanga? Onde



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	11	2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

estavam quando do Sol Nascente, do Pôr do Sol? Onde estavam essas pessoas quando da construção do Itapoã? Tudo isso tem que ser perguntado.

O que o Governador do Distrito Federal está fazendo – e, é bom que se diga, a pedido da base de sustentação desse governo –, é retirar aquilo que chamavam de polêmico. O Governador tinha me dito isso, me informado. Eu guardei a informação porque cabia a ele anunciar.

Primeiro, vamos começar pela 901. Está retirado, mas um dia, sei lá se daqui a cinquenta, cem anos, alguém vai discutir a ocupação da 901. Eixo Monumental: nós temos ou não que legalizar a questão do Memorial JK e a questão da Catedral Rainha da Paz? Ninguém vai derrubar esses dois monumentos. Mas não haverá novos empreendimentos ali. Isso é importante, é fundamental. A questão da W3: na verdade foram mal informados – na W3 trata-se de estacionamento subterrâneo. A questão do Lago: o Governador está retirando, mas quero travar um grande debate nesta cidade a respeito da população poder chegar ao Lago. O Lago não é propriedade de ninguém, o Lago é da sociedade. Portanto, ninguém pode ocupar, da maneira que se ocupou o Lago, sem a sociedade poder chegar perto.

No entanto, há algumas coisas aqui no Distrito Federal que é preciso que se diga. Quando eu era Deputado Federal... Primeiro, eu cheguei a Brasília em 1977. Quando eu cheguei aqui, havia um esqueleto velho ali no começo da W3, Deputado Joe Valle, que levou vinte anos... ali onde é o Pátio Brasil. Esse esqueleto estava ali, Deputado Agaciel Maia, porque eles tinham invadido o espaço aéreo. Aí barraram, não se podia prosseguir com a construção. No Governo do Professor Cristovam Buarque, então no PT e hoje no PDT, ele teve a coragem de mandar um projeto de lei que regularizava a situação, e a Câmara Legislativa fez. Foi ou não foi importante que isso fosse feito?

Nós tivemos outro debate, e eu tenho orgulho de ter participado diretamente dele. Já contei para V.Exa., Deputado Evandro Garla, mais de uma vez, quando a Igreja Universal quis se instalar no Conic e a maioria das pessoas que estavam por lá não queria que a igreja se estabelecesse. O Governador Cristovam Buarque teve a coragem, na época, de autorizar que a igreja se instalasse. Eu dizia, na época do Governador Cristovam Buarque, que o Conic ia ficar muito melhor com a presença da igreja.

Depois, Deputado Agaciel Maia, houve um debate que mobilizou essa cidade inteira, a respeito da sede da Igreja Universal ali na 510. V.Exa. não estava aqui ainda, Deputado Evandro Garla, mas foi um debate imenso. A igreja conseguiu na Justiça o direito de se estabelecer ali. E eu pergunto: que mal aquela igreja faz à sociedade de Brasília? Que mal ela faz? Até onde eu sei, só faz o bem. Está erigida, estabelecida, por sinal um prédio muito bonito. Está lá. É ou não é importante? Isso é fruto do debate também. Portanto eu digo: os pontos chamados pontos polêmicos o Governador retirou todos do PPCUB. Mas há ainda a questão da Luos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 11 2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Nós temos ou não temos que discutir, implementar, aprovar, sacramentar a questão do uso do solo no Distrito Federal? Tem muita gente que não quer a legalização, porque na ilegalidade é melhor agir. Eu quero a legalidade, porque quando há regra estabelecida todo mundo cumpre as regras. Na medida em que se tem as regras estabelecidas, todo mundo cumpre as regras.

Portanto, o governador cumpriu aquilo que tinha prometido. Retirou os pontos polêmicos, estão retirados do projeto. Amanhã, no almoço para o qual S.Exa. está convidando os Deputados da base aliada, vai apresentar essa decisão que já anunciou hoje. Aí estaremos prontos para votar a Luos, discutir e votar o PPCUB também.

É assim que o Poder Legislativo tem de agir. É importante e fundamental a separação dos Poderes. Poder Legislativo é uma coisa, Poder Executivo é outra, e Poder Judiciário é outra. Tenho todo o respeito pelos procuradores do Distrito Federal. Na hora que alguém quiser ser Executivo, dispute e ganhe a eleição, vai ser governador ou deputado.

Temos a autonomia do voto que nos foi dado, a autoridade constituída por meio do voto. Somos responsáveis por nossos atos. No Poder Executivo, quem é eleito pelo voto, é a melhor coisa que tem, porque somos os únicos que prestamos contas de quatro em quatro anos. Nós somos avaliados, prestamos conta diariamente, mas somos avaliados de quatro em quatro anos. Acho até que todo mundo no Brasil deveria passar por eleições.

Eu já venho defendendo há algum tempo – e agora estou convicto – a necessidade de eleger os ministros do Supremo Tribunal Federal. Vamos eleger os ministros da Suprema Corte! Já pensou a humilhação que é um advogado que sai pedindo a cada uma das pessoas, vai ao ministro fulano de tal, tenta chegar ao presidente para que seja nomeado, e quanto mais vai crescendo a lista de apoiadores, ele vai se sentindo mais feliz. E aí, muitas vezes, para dizer que tem autonomia, para se autoafirmar, insurge-se contra aqueles próprios que trabalharam para que ele fosse escolhido ministro da Suprema Corte.

É o caso a que estamos assistindo agora, com esse cidadão Joaquim Barbosa. O José Dirceu, na época, era ministro da Casa Civil, e era muito importante para ele o aval do José Dirceu para que ele chegasse a ministro. Portanto, vamos acabar com isso. Vamos eleger diretamente os ministros do Supremo, porque aí eles serão escravos da Constituição e da consciência de cada um deles, e acaba-se com esse processo da tentativa de autoafirmação.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Antes de encerrar a sessão, eu gostaria de parabenizar o Detran do Distrito Federal pela realização da *blitz* educativa de ciclovias, em São Sebastião. O ponto de encontro foi a Administração da cidade. O objetivo foi incentivar a população a utilizar a bicicleta como meio de transporte e conscientizar o motorista sobre os cuidados que deve ter com os ciclistas. A bicicleta



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20	11	2013	15h40min	104ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

passa a ser não apenas um meio de lazer, é também um meio de transporte ecológico e saudável.

Durante a ação, os agentes distribuíram folhetos informativos com dicas de segurança e recomendações a ciclistas, pedestres e motoristas. Muito boa a iniciativa do Detran.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 2.899, de 2013, de autoria dos Deputados Liliane Roriz, Celina Leão e Olair Francisco, a sessão ordinária de amanhã, dia 21 de novembro de 2013, quinta-feira, será transformada em comissão geral para debater o Projeto de Lei nº 1.693, de 2013, que autoriza a cessão de uso do Museu Honestino Guimarães à União.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, acho importante esclarecer que o art. 128 da Constituição Federal diz que o Ministério Público é indivisível. Ele tem três princípios: a indivisibilidade, a independência funcional e a unidade. Então, quando recebemos uma carta de um promotor de Justiça, significa que recebemos uma carta do Ministério Público como um corpo, porque ele é indivisível. E, quando o Ministério Público encaminha a esta Casa uma carta de recomendação, é pela questão da economia processual, da segurança jurídica. Não é por uma questão de eles estarem interferindo no nosso Poder.

O Ministério Público, como guardião dos direitos e dos deveres da Constituição e das leis, jamais vai interferir no Poder Legislativo, mas ele nos informou que aquela legislação que estamos votando, Sr. Presidente, pode ser tida como inconstitucional, porque não foi aprovada pelo Conselho.

Então, só para deixar isso claro, senão fica parecendo que esta Casa está contra o Ministério Público, que o Ministério Público extrapolou a função dele de propor ADIs e de ser o guardião dos princípios da nossa Constituição e da nossa ordem jurídica.

Foi só para restabelecer a verdade, Sr. Presidente.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a 104ª Sessão Ordinária da Câmara Legislativa do Distrito Federal, às 17h36min.

(Levanta-se a sessão às 17h36min.)